

**Por que (não) devemos fazer o Mundial 78? Amostras do embate público sobre a realização da Copa do Mundo na Argentina.**

Ernesto S. Marczał\*

Em *A opinião e as massas*, o psicólogo social Gabriel Tarde traz uma importante reflexão sobre a conformação da opinião pública, ou de opiniões públicas, nas sociedades de massa do século XIX. Nesse exercício o autor não deixa de constatar que o público, da maneira como o concebemos, “só pode começar a nascer a partir do primeiro grande desenvolvimento da invenção da imprensa, no século XVI” (TARDE, 2005: p. 10), a capacidade de carregar pensamentos, ou linhas de pensamento, a longas distâncias. Contudo foi somente com a efetiva difusão dos veículos de imprensa, já em um contexto majoritariamente urbano e massificado, em que o potencial para a formação de um público para o qual se destina esses pensamentos, com o qual dialoga e se retroalimenta se tornou evidente e significativo. Ao atentar para os mecanismos que permeiam a formação da opinião e de sua proliferação no espaço social, sobretudo por processos de descoberta e imitação, o autor observa o papel preponderante dos órgãos de imprensa e, particularmente, dos jornalistas na articulação dos pensamentos de um determinado público. Tarde (2005) contrapõe o público constantemente a multidão, de maneira a salientar na primeira uma formação social mais sólida e perene:

Ora, a influência que o publicista exerce sobre seu público, embora muito menos intensa num instante dado, é bem mais poderosa, por sua continuidade, que o impulso breve e passageiro transmitido à multidão por seu condutor; além disso ela é secundada, jamais combatida, pela influência bem menor que os membros de um mesmo público exercem uns sobre os outros, graças à consciência da identidade simultânea de suas ideias ou de suas tendências, de suas convicções ou de suas paixões, cotidianamente atizadas pelo mesmo fole de forja. (p. 17)

Porém, ao mesmo tempo em que observa a posição privilegiada do publicista na condução de um determinado público, ao incutir certo conjunto de ideias por um período prolongado, o autor atenta que essa não é uma ação engendradora de lugares estáticos ou de maneira unilateral. Antes disso, salienta que no cerne do público há, primeiro, a conformação

---

\* Aluno do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Bolsista PDSE da CAPES n. 18790/12-7. Membro do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade (UFPR).

de *correntes de opinião* (p. 8), onde indivíduos esparsos e muitas vezes desconhecidos um dos outros se influenciam mutuamente sem nunca terem necessariamente se encontrado. Como constata o pesquisador, os homens que conformam um determinado público compartilham as mesmas paixões e apresentam linhas de pensamento comuns. Além disso, mesmo distanciados, esses sujeitos estão minimamente cientes de que participam com outros de uma mesma vontade e, conseqüentemente, integram um mesmo grupo de opinião. Essa consciência em torno de uma coletividade ultrapassa o publicista: se este exerce um papel de liderança e aglutinação dos sujeitos é porque também é influenciado por eles, conhece seus posicionamentos, preferências e perspectivas. Para Tarde (2005: p. 54) sua força reside no “conhecimento instintivo que possuem da psicologia do público”, estão a par de “seus gostos e suas repugnâncias” e sabem que podem lhes transmitir determinadas imagens que não seriam suportadas, ou compreendidas, sem o mesmo pudor, pela multidão.

Coisa estranha, os homens que assim se empolgam, que se sugestionam mutuamente, ou melhor, que transmitem uns aos outros a sugestão vinda de cima, esses homens não se tocam, não se vêem nem se ouvem: estão sentados cada um em sua casa, lendo o mesmo jornal e dispersos num vasto território. Qual é, pois, o vínculo que existe entre eles? Esse vínculo é, juntamente com a simultaneidade de sua convicção ou de sua paixão, a consciência que cada um deles possui de que essa ideia ou essa vontade é partilhada no mesmo momento por um grande número de outros homens. Basta que ele saiba disso, mesmo sem ver esses homens, para que seja influenciado por estes tomados em massa, e não apenas pelo jornalista, inspirador comum, ele próprio invisível, desconhecido e, por isso mesmo, ainda mais fascinante. (TARDE, 2005: p. 31-32)

Embora Tarde ressalte a atuação dos jornalistas, o autor não deixa de examinar a ação dos públicos sobre seus interlocutores, inclusive com a predisposição com relação a determinadas posturas, ideais e desejos. Por isso, nem todos os públicos encontram seus representantes na imprensa (p. 94), e, para além disso, espera que aqueles com os quais já estão identificados reproduzam os seus pensamentos de antemão. Assim, se o público esta propenso às sugestões de um comunicador em que se reconhece, esse último também deve atender as expectativas projetadas sobre ele, sob a pena de enfrentar a rejeição, a cobrança, a raiva e a insatisfação daqueles para quem se dirige. Nesse quadro, o público pode mesmo se voltar contra o publicista, desacreditá-lo e buscar outras referências.

A produção de Tarde estava alocada no século XIX, momento em que as sociedades de massa já haviam superado o desafio de sua instalação e consolidavam-se como estrutura

característica da modernidade nos centros urbanos mais proeminentes. Suas reflexões, contudo, se direcionavam a uma conformação social ainda pouco ciente de seu comportamento político, mais temerosa dos efeitos do ajuntamento das multidões do que na organização dos públicos. Da mesma forma, o seu trabalho visualizava os veículos de imprensa, naquele momento exclusivamente escritos, como os grandes suportes na articulação das opiniões que modelavam os públicos. Se o objetivo era pensar nos meios mais abrangentes para a rápida circulação de ideias e informações, não havia outros focos possíveis.

Ainda que o século XX tenha presenciado a expansão sem igual dos mecanismos de comunicação, pulverizados em diversos meios – rádio e televisão, por exemplo –, as proposições do pensador francês mantem sua pertinência na análise do processo de conformação dos públicos, assim como na elaboração e propagação da opinião pública, a partir de sua relação com determinada imprensa, jornalista, comunicador ou personalidade com alguma projeção midiática.

É justamente essa relação, entre a elaboração de uma opinião pública e de um interlocutor específico que nos interessa aqui. No caso, se trata de observá-la em relação a um evento particular: a Copa do Mundo de 1978, realizada na Argentina. Ou, mais estritamente, sobre o debate público em torno de sua realização em um momento singular.

A escolha desse mundial de futebol como temática se deve a um conjunto de fatores. Adiante da prática esportiva em si e o desenrolar competição, como o desempenho dos participantes, são as dimensões massivas e a ampla cobertura midiática que chamam a atenção. São esses dois últimos aspectos que consagraram às Copas do Mundo um lugar próprio como tema, senão de preocupação, ao menos de interesse público. Entretanto, o motivo principal da atenção sobre esse evento em particular reside em suas ramificações políticas, tanto no que concerne aos dilemas em torno de sua efetivação quanto nas múltiplas falas articuladas ao seu redor. No caso, o Mundial de 1978 acabaria cristalizado na memória coletiva não só pela vitória do time da casa, mas pelas articulações políticas que teriam sido impostas sobre ele. As mais evidentes são as conjecturas sobre a ingerência do governo vigente, uma das ditaduras mais terríveis da América Latina, que se estenderia desde a preparação do evento até a interferência no andamento das partidas (GILBERT; VITAGLIANO, 1998; GOTTA, 2008).

Em linhas diferentes e por vezes conflitantes, autores como Hannah Arendt (1995; 1998) e Jürgen Habermas (1984; 1991) observam que a esfera pública é o lugar próprio para o desenvolvimento do político, sobretudo quando compreendido como espécie de embate discursivo entre diferentes indivíduos com diferentes perspectivas, muitas vezes empenhadas na defesa de uma vontade coletiva que se pretende consensual. É justamente sobre uma fração das locuções públicas, eminentemente políticas e conflituosas, a respeito do mundial de 1978 que nos debruçamos a seguir e organizamos nosso recorte. A seleção de um momento e faz necessária por uma série de fatores. Talvez o mais significativo, se deve ao fato de que os discursos proferidos em torno da Copa de 1978 não se restringem ao instante da competição, mas a antecedem e se prolongam para além dela. Em grande medida, a manutenção da temática do Mundial como objeto de discussão pública está relacionada à reverberação do evento para adiante do âmbito meramente esportivo, mais precisamente, em suas tessituras sociais, culturais e políticas no espaço argentino. No país platino, a preocupação com a organização da Copa como evento massivo e midiático, com a intensa participação do Estado, e o olhar permanente sobre a preparação do selecionado nacional mantiveram uma aura de atualidade sobre o assunto, o que não só garantia sua presença nos veículos de imprensa como mobilizava os debates antes de sua realização. Já no decorrer do evento, é o afã desportivo que ocupa o foco da discussão: o desempenho das equipes e dos jogadores, as reações da torcida, a mobilização das multidões e sua ebulição em festa – os demais aspectos, ainda que presentes, acabaram legados a um plano secundário. Posteriormente, quando muitas das questões da competição estavam alocadas na memória, são as polémicas em torno do uso político do Mundial pelo Estado ditatorial, a postura de alguns personagens e também a reação apaixonada, supostamente, irracional e alienada da população que tomam lugar. Esses últimos debates são levados à tona a partir da derrocada do regime, com o afrouxamento dos aparatos repressores e o imediato enfrentamento dos traumas do período<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Nesse sentido, o evento mais impactante é a Guerra das Malvinas, deflagrada em 1982, cujas chagas continuam abertas tanto em relação a rápida derrota sob as forças britânicas quanto em vias de sua instrumentalização por parte da ditadura, que enxergou no evento a possibilidade de canalizar o sentimento nacionalista e prologar sua permanência no comando do país. Se as Malvinas são um sinônimo de dor pelo fracasso nacional, nos campos de batalha, a Copa de 1978 recebe uma carga dramática por demarcar um momento de triunfo da administração militar em impor um modelo de nação população. Não por acaso, Beatriz Sarlo (XXXX), uma das principais expoentes da intelectualidade argentina das últimas décadas, não reluta em afirmar que o Mundial ainda permanece como um tema tabu, ao lidar com os conflitos e contrastes fincados nas recordações erigidas sobre o período.

Desse modo, verificamos que a apreciação pública da Copa do Mundo da Argentina não se restringe ao intervalo de sua realização em 1978. Como fenômeno popular de massas, os discursos proferidos a seu respeito se prolongam com relativa consistência em momentos diferentes. Nessa oportunidade nos voltamos para os debates prévios à sua realização, quando não só a capacidade da Argentina em sediar o evento era colocada em dúvida como havia um sério questionamento quanto aos custos sociais, políticos e econômicos em organizar um evento desse porte em um período de crise.

Mais especificamente, voltamos nosso olhar para o instante localizado ao final dos anos 1975 e início de 1976, intervalo em que o governo de Isabelita Perón agonizava, ao passo que aumentavam as conjecturas sobre sua continuidade. As forças armadas, por exemplo, intensificavam o combate aos grupos considerados como terroristas, com o aval do Estado, e os grupos paramilitares clandestinos, como a temível “Triple A” – Aliança Anticomunista Argentina –, intensificavam a perseguição de seus adversários políticos. Para Marcos Novaro (2011: p. 133), a política se extinguiu como espaço institucional de convivência e tendia a converter-se na imposição violenta de uns sobre os outros. O uso da força havia escapado do controle estatal e extrapolado qualquer forma de regulação legal. De acordo com o historiador, em dezembro de 1975 foram contabilizadas 62 mortes violentas por motivos políticos, número que se elevou a 89 em janeiro e 105 em fevereiro.

Além disso, o autor destacava a falência econômica que contribuía para o acirramento da crise institucional e inclinava setores significativos e diversos da população, seja a esquerda peronista ou a direita liberal, a pleitear alterações profundas na condução política do país, inclusive com a defesa da intervenção militar, algo completamente impensável alguns anos antes. Entre março de 1975 e março de 1976, quando irrompeu o golpe de estado que deflagrou uma nova ditadura militar no país, Novaro (2011: p. 133) salienta que a inflação foi de 566,3%, com o temor constante sobre a explosão da hiperinflação e pulverização do poder de compra da moeda. O déficit público também atingiu o patamar de 12,6% do PIB, enquanto o índice de desemprego superou os 6%, ambas as marcas históricas.

Como um evento que se desenhava como uma realização nacional, com ampla participação institucional do Estado e financiamento público para sua efetivação, a Copa do Mundo de 1978 não tinha como se manter incólume diante do complicado contexto em que se inseria. Cabe lembrar que até aquele momento as obras previstas para o mundial, tanto do

ponto de vista desportivo, com a construção e remodelação dos estádios, como no âmbito da infraestrutura exigida, com reformas nas cidades sede, ampliação dos meios de transporte e das redes de telecomunicação, pouco haviam progredido até o momento. A menos de três anos para o início da competição a lentidão das obras e o panorama de crise colocavam em dúvida não apenas as possibilidades do país em levar o evento adiante, mas pressionavam as autoridades a lidar publicamente com o ônus – político, social e econômico – em tomar uma decisão favorável à continuidade do projeto.

A discussão da relação custo / benefício esteve presente, e se tornou visível, justamente através da exposição do Mundial nos diferentes veículos de imprensa, que não só tornavam públicas as situações que permeavam a preparação do evento como fomentavam diferentes opiniões junto à população. Tal como visualizamos nas ideias lançadas por Tarde, foram alguns dos personagens com exposição midiática os responsáveis por canalizar as diferentes opiniões e divulgá-las junto à população. Em outros termos, foram eles que incentivaram o debate público e mantiveram a atualidade do tema, impedindo que os problemas fossem soterrados ou esquecidos, ao mesmo tempo em que formavam e aglutinavam um determinado público em torno de suas posições.

Nesse sentido, dois atores em particular ganharam notoriedade como vozes opostas na defesa do Mundial de 1978 e em sua condenação. De um lado, José Maria Muñoz, um dos locutores mais conhecidos e populares de Argentina, de outro, Dante Panzeri, jornalista esportivo dos mais prestigiosos de seu tempo. Embora estivessem longe de serem estranhos um ao outro, Muñoz e Panzeri não se cruzavam frequentemente, da mesma maneira que seus discursos. De maneira geral comunicavam para públicos diferentes, com um embate que se desenhava antes como uma contenda indireta, permeada pela declaração pública de suas posições. O primeiro, principal relator da *Radio Rivadavia*, estava muito mais familiarizado à fala direta com o público, fosse durante as partidas que narrava ou nos programas esportivos do qual tomava parte. Já o segundo, embora também integrasse outros meios, como o rádio e a televisão, se tornou notório pela produção em variados veículos da imprensa escrita, a exemplo de sua longa passagem pelo semanário *El Gráfico*, pelos jornais *La Opinión* e *La Prensa* ().

Muñoz incorporava o apoio intransigente ao Mundial, defendia o evento em vista do forte apreço popular do futebol e se mantinha a margem de análises políticas mais profundas.

Ao se afastar de um posicionamento mais contundente a esse respeito, favorecia uma vinculação com a gestão de momento, inclusive com uma clara convergência com os discursos posteriores proferidos pelos militares. Não se trata de julgar suas preferências ideológicas e partidárias em si, mas de constatar que sua postura com relação ao esporte, particularmente o futebol e a Copa do Mundo, tendia para uma tentativa de despolitização, isto é, um descolamento de suas articulações políticas e sociais mais nítidas, como a sua ligação institucional com o Estado e uso do dinheiro público para a produção do evento.

Já Panzeri, por outro lado, assumia o posto de voz dissonante. Em sua longa trajetória como jornalista esportivo, sedimentou uma postura crítica, não só com relação ao futebol, mas, sobretudo, contra as diversas formas de ingerência sobre os esportes na Argentina. Assim, opôs-se a diversos dirigentes de federações e de clubes, atletas e ex-altetas, técnicos, governantes e outros jornalistas que nutriam relações de poder através do esporte e se beneficiavam delas. Panzeri não se eximia do confronto, tampouco de sustentar seus ideais para além do esporte em si. Elementos que permeavam suas produções nos veículos por onde passou. Nesse quadro, destacou-se como um dos mais ferrenhos detratores da Copa do Mundo na Argentina a partir dos órgãos de imprensa (FERREIRA, 2008).

Como dissemos anteriormente, suas posturas eram amplamente conhecidas, mas foram escassas as circunstâncias em que ambas estiveram postadas defronte. Por isso um fragmento singular desse choque merece nossa atenção: a edição n. 20 de *Chaupinela*, de novembro de 1975. Nesse exemplar, a revista condensava o posicionamento de ambos comunicadores ao emular o confronto de suas opiniões através de dois artigos, cada um sob responsabilidade de um dos contendores. O primeiro, titulado “Por que debe hacerse el mundial de fútbol en la Argentina”, foi assinado por Muñoz, enquanto o segundo, “Lo que no se disse sobre el mundial del’78”, ficou a cargo de Panzeri.

O perfil da publicação pode ser alocado como o de uma revista satírica e de humor gráfico, tanto de cunho político quanto cultural, incluído aí também o esporte. Uma produção liderada por Andrés Cascioli, que já havia passado pela célebre *Satiricón*, uma das publicações mais exitosas do gênero, e, mais tarde, seria um dos principais responsáveis por *Hum@r*, sucesso editorial na passagem dos anos 1970 para 1980 durante a ditadura. A publicação, entretanto, teria vida curta e seria fechada pela administração de Isabel, tanto pela

postura crítica quanto pelas provocações ao governo e seus principais representantes<sup>2</sup> (ULANOVSKY, XXXX: p. 65). O vigésimo exemplar foi também o último de *Chaupinela*.

Panzeri integrava o time de colaboradores regulares do semanário. A partir das páginas que dispunha no humorístico, o jornalista expos suas impressões sobre a vontade argentina em sediar a competição, salientando a falta de condições políticas e econômicas para sua realização. Também expressou sua discordância com a direção da AFA – Asociación del Fútbol Argentino – , o processo de preparação do esporte nacional e seu comandante técnico, César Luís Menotti (CHAUPINELA, n. 17, out. 1975: p. ). Ou seja, no embate com Muñoz, *Chaupinela* figurava como seu veículo de locução por excelência. Não por acaso, a publicação manifestava, de diversas maneiras, o apoio ou ao menos uma concordância com as suas proposições. Nos créditos de cada artigos, por exemplo, *Chaupinela* subentendia que locutor “gritava” sua opinião e o descrevia como “o narrador da América do sul”, enquanto Panzeri “falava” e era tido como “a voz da consciência”. Se a voz de Panzeri não era necessariamente a de *Chaupinela*, não podemos negar a inclinação do periódico em cultivar um posicionamento comum ao de seu cronista.

Talvez por isso a proposta da publicação em abrir espaço em suas páginas para fazer esse contraponto poderia soar um pouco surpreendente, afinal ela cedia lugar para apresentação de ideias que contrariavam seu posicionamento. Porém, ao expor o conforto o periódico chamava atenção para a temática, alimentava o interesse público e favorecia a fala dos seus articuladores sobre a temática, afinal eles não só possuíam alguém com quem dialogar, mas com quem contrastar suas opiniões e erigir sua argumentação. Nesse sentido, é interessante notar como o texto de Panzeri, ou ao menos alguma de suas passagens, fincaria raízes junto aos estudiosos do período. Algumas de suas falas seriam recorrentemente lembradas (GILBERT; VITAGLIANO, 1998; FERREIRA, 2008; GOTTA) como afirmações

---

<sup>2</sup> Um dos grandes exemplos da postura crítica do semanário pode ser observada alguns exemplares antes. A edição n. 18, levada as bancas em setembro, trazia uma série de artigos e charges denunciando a grave crise institucional e social do país. Um dos mais curiosos e criativos, referenciado já na capa ao lado de uma charge da presidente, era a proposta de um jogo de tabuleiro, “El juego del poder”, cujo objetivo consistia em chegar a casa rosada e tomar o controle político do país. Entre os avatares que os jogadores poderiam encarnar estavam às forças armadas, os representantes do governo, as lideranças sindicais, empresários nacionais e estrangeiros, além de militantes de esquerda. O jogo não só tematizava as disputas que vigoravam no momento como prenunciava o perigo eminente de um golpe de Estado, sobretudo a partir das forças armadas, único personagem que, segundo as regras, não poderia tomar determinados atalhos e não poderia ser obstruído por um personagem civil.

paradigmáticas entre os opositores do mundial, ao passo que o texto de Muñoz, imediatamente anterior ao seu, acabaria legado ao esquecimento, ao menos entre aqueles que buscavam problematizar a análise do evento. Fernando Ferreira, por exemplo, ao tratar da relação do jornalismo esportivo do período com o mundial resgatava a passagem mais célebre desse texto de Panzeri, na qual comparava as possibilidades da Argentina em realizar o evento às possibilidades de um indivíduo em abastecer um carro de luxo sem ao menos ter condições de adquirir um modelo popular. Ferreira (2008: p. 18-19), com nítida admiração, também elogiou a figura de Panzeri, sua carreira crítica e austera no jornalismo, além de assinalar alguns de seus traços políticos e ideológicos:

Dante Panzeri le contestaria en noviembre desde las páginas de la revista *Chaupinela*. “El Mundial no se debiera realizar por las mismas razones que un tipo que no tiene quita para ponerle nafta a un Ford T no debe comprarse un Torino. Si lo hace, es porque alguien le está robando”. Panzeri parecía un tipo inabordable. Una suerte de encarnación moderna delos asambleístas de 1789 en Paris. Honesto, digno, liberal, sensible, Quijote en un medio que lo margino. Respetado vocero de las causas perdidas. [...] Fue un tipo tan honesto que causaba asombro al margen de su condición de liberal, anticomunista y “gorila”, no expresado eso como un juicio de valor, sino como un dato de la realidad.

Antes de abrir espaço para os artigos elaborados por cada comunicador, a revista trouxe um breve paragrafo introdutório, sob a pena de Cascioli, no qual discorreu, em um tom bem humorado, sobre a pertinência da discussão e necessidade de informar a população sobre o tema. Em outras palavras, estimular o questionamento público da questão e conceder subsídios para a formação de uma opinião.

Los argentinos ya no sabemos como si es más importante Yaciretá-Apipé, Salto Grande, El Chocón o el Mundial del’78. Si tenemos que seguir mandando a nuestros hijos al colegio y atendiendo a nuestros enfermos o donar el dinero que necesitan los chicos y los enfermos para que se haga el Mundial del’78. Los argentinos deberíamos decidir. Los argentinos oficinistas, profesionales, amas de casa o buscadores angustiados de trabajo, tendríamos que estar mejor y más objetivamente informados acerca de este asunto. Por eso decidimos interrogar, individualmente, a Dante Panzeri ya José María Muñoz – es decir, al Llanero Solitario y al Sargento García – para que argumenten sus razones sobre la organización del Mundial del ’78. Además de lo que dicen a continuación, comprobamos que José María Muñoz es más gordo y gritón de lo que pensábamos y que Dante Panzeri sigue sin tener pelos en la lengua... ni en ninguna otra parte. ¡Adelante, Sabatarelli!... (CHAUPINELA, n. 19, nov. 1975: p. 6)

Nesse trecho de abertura, o periódico atenta para o evento não apenas como objeto de interesse público, um assunto sobre o qual os argentinos deveriam se informar e estar a par, mas como uma preocupação pública, ou seja sobre o qual a população deveria ter condições de deliberar e decidir, pois impacta diretamente sobre sua atual condição política e social. Além disso, a aversão a Muñoz – “gordo”, “gritón”, caricato como o Sargento García – e o elogio velado a Panzeri – o Cavaleiro Solitário cuja coragem se reflete na falta de travas na língua – também estão presentes. Antes dos respectivos artigos, já temos de antemão um indicação de para qual lado se inclinaria a publicação quanto realização da Copa no contexto em que o país se achava. Novamente podemos constatar a alusão aos problemas imediatos do país, como a decadência econômica que se arrastava a alguns anos e a falta de emprego.

Na sequência da apresentação de Cascioli estava o artigo de Muñoz, “Por que debe hacerse el mundial de fútbol en la Argentina”. O radialista organizou o seu texto em diferentes momentos. Primeiro um trecho introdutório onde apresentava sua compreensão da importância de organizar um evento esportivo desse porte no país. Depois disso, dividiu o texto em pequenos trechos, cada um deles elencando um dos elementos que, se explorados de forma adequada, balizariam economicamente a organização do torneio.

Os aspectos enumerados consistiam na venda de ingressos, na comercialização dos direitos de transmissão radiofônica e televisiva, na negociação dos anúncios publicitários nos estádios e no amplo afluxo turístico.

Tais fatores, contudo, não consistiam nos motivos centrais que justificavam a realização do evento, mas sim seus desdobramentos possíveis, que, na visão de Muñoz que não só cobririam os custos mas trariam retorno econômico e publicitário ao país. Para o radialista, o principal motivo para a realização do certame repousava na possibilidade de exposição da imagem do país globalmente, uma oportunidade única de revelar suas qualidades para milhões de pessoas ao redor do mundo. A redação emulava uma fala entusiasmada e apaixonada, por vezes superlativa, muito próxima da postura narrativa que permeava a locução do futebol como fenômeno de vasto apreço popular:

En primer lugar el Campeonato Mundial de 1978 es el hecho más importante en materia de difusión del país, que se puede producir en este siglo veinte para la República Argentina. Es sólo comparable al hecho de que mandemos un satélite tripulado a la Luna o el Sol... como eso no va a ocurrir, hasta este momento no hay un hecho más importante en materia de difusión que la Copa del Mundo. La Copa

Mundial va a ser vista por más de MIL CIEN MILLONES DE SERES HUMANOS.[...]

La Copa del Mundo no es un partido de futbol solamente, sino que significa el conocimiento total de las costumbres de un país como el nuestro, que tiene cuatro climas, una cantidad enorme de lugares hermosos para la práctica y desarrollo del turismo y la calidad de las manufacturas que produce. En una palabra: venderemos a imagen del país a través de un partido de futbol. (CHAUPINELA, n. 19, nov. 1975: p. 6)

Paralelamente, as considerações tecidas pelo locutor destacam um aspecto fundamental para compreensão do apelo político da competição futebolística: sua dimensão como um produto da cultura de massas, eminentemente midiática e espetacularizada, destinada a milhões de pessoas. Nesse momento o crescimento da televisão ampliava o escopo do público, tanto que a introdução do sistema de transmissão a cores passava a ser uma das principais exigências da FIFA<sup>3</sup> (GILBERT; VITAGLIANO, 1998: p.). A Copa do Mundo já não poderia mais ser encarada apenas como um acontecimento voltado aos amantes do esporte e torcedores aficionados. Ao invés disso, convertia-se em um produto globalizadas, cujas imagens construídas se viam potencializadas pela representatividade nacional associada à competição e ao alargamento dos mecanismos de difusão. Assim, reconhecer a potencialidade narrativa do evento e capitaliza-la se transformava em um embate político fundamental, especialmente para os atores a cargo do país sede. Nas palavras do próprio autor, tratava-se de vender a imagem do país através de uma partida de futebol, ou mais especificamente a imagem mais conveniente aos interesses regentes no momento.

Contudo, mesmo com a percepção da dimensão massiva da Copa, Muñoz parece se afastar de um posicionamento mais contundente quanto a relação entre a gestão política do país e o evento em questão. Exemplo disso é a parte final de seu texto, na qual se resignam a uma posição externa de forma a avalizar a decisão os governantes e confiar em sua capacidade para resolver as dificuldades nacionais.

Mi deseo es que el Mundial'78 se haga en Argentina. Si no, sería una gran frustración. Yo seguiré viviendo igual, pero pienso en el pueblo que se ha formado

---

<sup>3</sup> A transmissão a cores foi uma das exigências mais veementes para a manutenção do certame no país. Após a instituição da ditadura, em março de 1976, e a definição de assumir o evento sob as suas rédeas foi criada a Argentina 78 TV Color – depois ATC –, responsável pela geração e transmissão das imagens à cores, além da implementação da infraestrutura de necessária através da ENTel – Empresa Nacional de Telecomunicaciones. Contudo, para o Mundial apenas a transmissão a cores para o exterior estava disponível, o serviço só foi disponibilizado para o interior do país no início dos anos 1980.

una gran ilusión. Pero también vivo la realidad del país. Si no se puede organizar de ninguna manera, tampoco creo que haya que hipotecar el país por la Copa del Mundo. Yo confío en el país, confío en la gente que gobierna para solucionar la crisis que estamos viviendo y confío en que el nuestro es un país de gran recuperación. [...]

Yo no sé si ganaremos el Mundial, pero haciendo una buena organización pienso que el que gana es el país, aunque no se gane jugando al fútbol en la cancha. (CHAUPINELA, n. 19, nov. 1975: p. 6)

Ainda que o posicionamento de Muñoz precedesse a introdução da ditadura, sua defesa ao Mundial coincidiu em muito como discurso empregado posteriormente pelo Processo. Nos anos seguintes sua postura pouco se alterou, a não ser pela fé que depositava a “la gente que gobierna”, a qual se trasladou facilmente aos representantes da junta militar.

Curiosamente, o discurso normalmente sem intermediários, falando diretamente ao público adotado pelo locutor se aproximava de uma relativa despolitização do esporte, na medida em que buscava desvincular a realização do evento da atual conjuntura política e econômica do país, visualizando-o como um feito nacional e popular quase independente da gestão política / institucional vigente e suas afiliações ideológicas. Sem dúvida uma leitura paradoxal, pois ao mesmo tempo em que reconhecia a potencialidade do Mundial como mecanismo de divulgação nacional, de apelo massivo e popular, Muñoz tentava afastá-lo dos debates políticos urgentes que circundavam a concretização da competição.

Em oposição ao locutor da *Radio Rivadavia*, Dante Panzeri focalizou o debate justamente nos laços políticos e econômicos que circundavam o mundial. Em “Lo que no se habla del mundial” não só desconstruía boa parte da argumentação lançada por Muñoz, tal qual a venda de entradas, a construção dos estádios e o fluxo de turistas, como criticaria veementemente a realização do campeonato na Argentina diante da conjuntura de crise verificada ao longo dos últimos anos.

El Mundial’78 no se debiera realizar en la Argentina por las mismas razones que un tipo que no tiene quita para ponerle nafta a un Ford T no debe comprarse un Torino. Si lo hace, **es porque alguien le está robando.**

Los argentinos nos hemos acostumbrado a vivir **afanándonos** unos a los otros. De mil maneras. Con precios subvencionados y empleos públicos para todos [...].

El **Mundial de Fútbol** es una variante de aquel acostumbramiento. Es un acto de robo a nosotros mismos. Consentido por la institucionalización del **afano** entre nosotros mismos. (CHAUPINELA, n. 19, nov. 1975: p. 7)

Na percepção do jornalista, para além do endividamento com notório prejuízo público, em ultima instancia bancado pela própria população, a empreitada de sediar um evento como o Mundial sob as circunstâncias vigentes assinalavam debilidades morais entranhadas na própria sociedade. Essa fissura ética fixada culturalmente entre os argentinos permearia grande parte de sua argumentação. Para Panzeri o afano, o ato de furtar, roubar e tirar vantagem quando possível, já estava arrigado na sociedade argentina e a insistência em realizar o mundial em condições políticas e econômicas adversas refletia um costume que havia se convertido em um problema endêmico. Ainda que a Copa do Mundo fosse o objeto privilegiado de sua crítica no momento, o funcionamento da estrutura esportiva, de maneira singular, a condução dos negócios no futebol profissional refletiam de maneira exemplar essa condição. Em sua apreciação o esporte figurava como mais um meio de colocar o costume do afano mútuo em movimento.

El deporte es un medio para hacerlo. Basta reflexionar sobre las transferencias al exterior de futbolistas por lo que se cobran millares de dólares, que muy rara vez ingresan al caudal nacional de divisas. De allí que sean necesarios tantos intermediarios-empresarios para vender un jugador. Porque vivimos esquivando leyes. **Afanándonos** entre nosotros mismos. (CHAUPINELA, n. 19, nov. 1975: p. 7)

Entretanto, Panzeri parece se indignar porque não detecta um problema novo ou desconhecido, mas justamente por identificar um comportamento recorrente, socialmente reconhecido e muitas vezes encarado com naturalidade. Por isso, não hesita em se apropriar de uma frase de Jorge Luis Borges e classificar a Argentina como um país venal, corruptível e que se encontra à venda, inclusive com a apologia, por menor que seja, da fraude e do delito. Como exemplo, destaca tanto as correntes de enriquecimento fácil como observa, não sem um grau de indignação, a falta de espanto com que os argentinos vêem um jogador como Alonso, um dos craques da época – e que viria a integrar a seleção vitoriosa de 1978 – exigir uma remuneração extra para disputar um campeonato já contemplado em seu atual contrato. Para o jornalista esses casos seriam um indicio de um processo de “acostumamento” com a venalidade citada por Borges. Seria esse mesmo processo que, nas palavras de Panzeri, levaria as pessoas a fazerem do mundial uma hipoteca pública (p. 7).

Todo esos orígenes doméstico-infantiles de nuestro acostumbramiento a vivir afanándonos a nosotros mismos, determinan que querramos hacer el Mundial'78 aun a sabiendas de que nos va a ir muy mal, **especialmente si lo ganamos**. Porque lo vamos a ganar al estilo de Martín Fierro y el Viejo Vizcacha. O de Bairoleto o El Pibe Cabeza, delincuentes comunes con los que ya tenemos fabricado el mito de la delincuencia bondadosa, que también apoya el acostumbramiento nacional de **afanarnos** entre nosotros mismos. (CHAUPINELA, n. 19, nov. 1975: p. 7)

Como se pode notar, a ideia do afano permeia boa parte de sua argumentação inicial. É interessante notar que o termo e suas variáveis são recorrentemente destacados com uma grafia em negrito. Não só o conteúdo discurso enfatizava reiteradamente essa leitura como a ênfase gráfica no termo, ressaltando-o no meio do texto, não deixava dúvidas de que no entendimento de Panzeri o Mundial representava um ato danoso à sociedade argentina. Uma espécie de roubo, no sentido de que desviaria recursos importantes em um momento de crise, imposto a si mesmo com a esperança, ou uma falsa expectativa, de extrair alguma vantagem. O desejo em levar o evento adiante seria ainda mais prejudicial no caso da eventual vitória caseira no certame, o que passaria a sensação de que o sacrifício teria valido a pena e simultaneamente corroboraria um costume já arraigado na cultura argentina. É nesse sentido que o jornalista evoca personagens ficcionais e tradicionais da literatura argentina, Martín Fierro e El viejo Vizcacha. Os personagens dos poemas de José Hernandez, El Gaucho Martín Fierro (1872) e La vuelta de Martín Fierro (1979), considerados como algumas das sobras mais importantes da literatura argentina do XIX, retravam a figura do gaúcho, próprio das regiões dos pampas, como representante maior do caráter tipicamente argentino. Os personagens, marcados pela astúcia e pela picardia, representavam espécie de anti-heróis vivendo à margem, com valores próprios e fora da lei. Ainda que suas personalidades fossem muito mais complexas é justamente a valorização desse caráter marginal e delinquente, visto como uma falha moral enaltecida na cultura argentina, que Panzeri retomava com pesar. Por isso, coloca esses personagens ao lado de “delinquentes comuns”, personagens reais, popularmente conhecidos e exaltados a pesar de sua trajetória criminosa.

Embora tecesse críticas a outras entidades, em particular a FIFA, e a negociação estabelecida ao redor do esporte, o centro da argumentação permanecia no âmbito interno, já que a incumbência de realizar o mundial figurava essencialmente como uma tarefa auto assignada. Portanto, a decisão de leva-la adiante caberia quase estritamente ao país, independente de uma imposição externa. O jornalista lembraria que o mundial havia sido

herdado pelo peronismo da administração precedente de Lanuse, adversário notório, e não teria se atrevido a rechaça-lo com o temor de provocar sua impopularidade política, algo que estava longe de ser provado com um risco efetivo sob qualquer circunstancia.

Nestes termos, sua postura se distanciava ainda mais da apresentada por Muñoz. Enquanto este defendia o mundial como um desejo eminentemente popular, o jornalista destacava que a decisão de bancar o evento no país foi tomada a revelia de uma consulta a população. Para Panzeri, a justificativa do popular soava como um disfarce mentiroso, pois a decisão jamais havia passado pelo povo. A partir dessa ótica, o alardeado desafio em realizar o mundial e a subsequente vergonha internacional em decliná-lo não passariam de projeções retóricas, direcionadas desde cima à sociedade argentina.

Entre os apoiadores do mundial, Panzeri contesta intensamente as colocações recentes de Manrique, jornalista, político e militar que havia integrado o governo de Lanusse e, naquele momento, falava desde a ferrenha oposição ao peronismo. Manrique se colocava com um defensor da Argentina e advogava uma necessária reconstrução moral do país, assinalando contrassensos econômicos e sociais que agudavam a crise. Entretanto, sua defesa do mundial parecia ignorar essas questões e reforçar os fatores, assim como as debilidades morais da cultura argentina assinaladas por Panzeri, que alimentavam a crise. É a partir de algumas das afirmações recentes de Manrique que o jornalista dispararia algumas de suas considerações mais ácidas sobre os discursos que buscavam atribuir à organização da Copa do Mundo de 1978 o peso de um compromisso nacional e de um feito de relevância política global. Como dissemos a pouco, uma decisão que envolvia a sociedade como um todo, mas sobra a qual a população não havia sido consultada.

**“Argentina debe mostrar al mundo que es capaz de organizar una competencia de la magnitud del desafío. El prestigio nacional está en juego”.**

¿Desafío? ¿Prestigio nacional en juego?...

No sé de dónde. El desafío nunca existió. Es tan inexistente como el deseo del pueblo que se haga el mundial con su dinero. El pueblo nunca fue consultado, ni votó. Nadie nos desafió. Nos desafiamos solos. Nadie se juega su prestigio en el fútbol si todos los días lo está perdiendo como país. Ya se lo jugó al prestigio. (CHAUPINELA, n. 19, nov. 1975: p. 7)

Sob está ótica, a busca de reconhecimento externo por meio do mundial se convertia em um falso problema, uma vez que não contribuiria para reverter às dificuldades atuais, mas

as aprofundaria, especialmente se a Argentina se sagrasse campeã. A vergonha internacional não residia em renunciar ao evento, mas em assumi-lo a revelia das condições políticas e econômicas vigentes e diante de questões mais urgentes. Sedar o mundial e, ocasionalmente, festejar sua conquista representavam uma validação da imoralidade já imbricada na sociedade local.

A altivez do pensamento de Panzeri nesse aspecto – a vergonha política em não sediar o mundial é uma falácia, levá-lo adiante é um problema socioeconômico real – é expresso de modo maneira mais veemente na oposição as falas pinçadas de Manrique, que funcionam como espécie de “escada” para suas críticas. Á afirmativa de que não fazer o mundial seria uma “vergüenza internacional”, o jornalista responde que isso seria equivalente à fazer nacionalista a estupidez. Logo na sequencia, o autor elenca uma série de exemplos que contestam essa percepção e corroboram a sua visão:

**¿Pasó vergüenza internacional Estados Unidos por renunciar, por razones económicas, a los Juegos Olímpicos de 1976 (programados en Denver), que ahora hizo suyos Montreal en Canadá, con una prevista perdida de 221 millones de dólares? ¿Pasó vergüenza internacional Chile, por renunciar a los Panamericanos de 1975? ¿Pasó vergüenza internacional Brasil por renunciar a su papel de reemplazante de Chile, asumido ahora por México? Pasaron vergüenza internacional Suiza, Israel, Egipto, al renunciar a los Juegos Olímpicos? ¿Se cerraron sus créditos en el exterior? ¿Perdieron contacto con el resto del mundo?** Manrique y los guitarreros autores de aquellos inventos como el desafío en cuestión, parecen olvidar que la mayor vergüenza internacional de ese caso la afrontamos **si hacemos el Mundial**<sup>78</sup>. No si renunciamos a él. El desafío, existe, sí, pero en contra de nosotros mismos. De nuestra propia inmoralidad para andarnos comprando un Torino cuando no podemos bastecer una cafetera. (CHAUPINELA, n. 19, nov. 1975: p. 7)

Se o temor em relação a declinar a Copa do Mundo estava em seu eventual prejuízo político, as situações ressaltadas por Panzeri demoliam parte significativas das argumentações. Talvez de modo mais significativo, mostravam a excessiva valorização do evento, muito mais como uma ilusão interna, ao refletir um anseio político por sua organização, do que como uma análise efetiva, e mal conduzida, do impacto político internacional que poderia acarretar. O jornalista não estava contra a Copa do Mundo como festa esportiva, como celebração do futebol em seu vinculo massivo e popular, mas como um evento custoso, cujo ônus de sua realização somente aprofundaria uma crise que já era demasiado grave. Sua indignação com a questão estava justamente na defesa intransigente, e

apaixonada, do Mundial de 1978, com a justificação do desejo pelo prosseguimento do projeto como uma inegável necessidade política, uma chance da qual o país não poderia prescindir. De maneira sintomática, o pensamento de Panzeri ia de encontro ao argumento central levantado por Muñoz: os benéficos imensuráveis que a divulgação proporcionada pela Copa do Mundo traria ao país. A maneira como Panzeri enxergava esse suposto retorno político e o impacto do evento foram bem resumidos no desdobrar de sua crítica à Manqueri: não seria uma competição de futebol que transformaria a impressão política da Argentina no cenário internacional:

¿O Manrique supone que haciendo el Mundial'78 el mundo va a resolver nuestros problemas como premio o va a cambiar la opinión que tiene de nosotros? **¡Al mundo le importa un cuerno si somos o no capaces de organizar un campeonato de fútbol!** Es una demostración que no acredita ninguna aptitud ajena a las obligaciones rutinarias del hombre. ¿O es que, ahora, organizar un campeonato del mundo supone certificar una aptitud sobrenatural? **Si no podemos ni siquiera financiar un club, ni un campeonato interno, ¿qué conveniencia tiene para nosotros financiar un Mundial cuyos beneficios debemos entregarle en un 75% (en dólares) a los países visitantes?** El fútbol ha tomado el rol de estafador confeso para de ese modo ser estafador impune en la sociedad argentina. (CHAUPINELA, n. 19, nov. 1975: p. 7)

As reflexões de Panzeri sobre a Copa do Mundo se estendiam para além do plano meramente esportivo ou de sua viabilidade econômica. Tampouco sua preocupação política se resignava a uma questão de preferencia partidária quanto aos grupos em disputa pelo poder. Embora carecesse de um maior aprofundamento em sua crítica sobre as dimensões afetivas e culturais da modalidade, já apontava para os usos políticos e discursivos do mundial para adiante da mera apreciação do futebol como instrumento de manipulação popular. Ao contrário, os termos de sua argumentação denotavam de forma corrente um sentido coletivo que não apartava a sociedade do problema, mas a integrava e lhe atribuía responsabilidade.

Mesmo com a eclosão do golpe de março de 1976, os posicionamentos planteados por Muñoz e Panzeri não se desvaneceram. O radialista não só manteria sua argumentação praticamente intacta como veria seu discurso de exaltação nacional mesclar-se facilmente com a proposta ufanista do regime. Conscientemente ou não sua voz se assomaria a condescendência ao novo governo e se transformaria em uma espécie de narração desportiva oficial. Já as colocações ácidas de Panzeri, observadas retroativamente, parecem adquirir uma tonalidade ainda mais forte e presente, quase proféticas.

Em consonâncias com as ideias apresentadas por Gabriel Tarde, notamos nesses personagens a conformação de dois locutores públicos, duas vozes que formam e aglutinam opiniões. Embora as discussões sobre bancar ou não da Copa do Mundo tenham quase se desvanecido no decorrer do próximo ano, afinal a ditadura o reivindicou para si como tarefa de Estado, o debate entre personagens saliente que as dimensões sociais, econômicas e políticas do evento não eram desconhecidas do público e, antes disso, estavam em plena discussão. Havia um público favorável ao mundial. As argumentações em prol de sua realização, sedimentadas no texto de Muñoz e nas falas de Manrique, já eram conhecidas e partilhadas por parte da sociedade argentina antes da eclosão do golpe. O mesmo ocorria com muitas dos termos que balizavam sua contestação. Ou seja, antes do golpe que instaurou a ditadura e antes que esta reivindicasse a Copa do Mundo como um projeto próprio, já haviam opiniões formadas sobre o tema. Em grande medida não era possível afirmar o desconhecimento. Sem dúvida a ditadura acrescentou novas variáveis ao debate, mas o componente político, sua articulação nacional, sua percepção como objeto de interesse público já estavam, há muito, presentes. Inclusive nas justificativas com as quais se articulavam cada público, que, de uma maneira grosseira, pendiam para Muñoz, ou para Panzeri.

## Referências

ALABARCES, P. *Fútbol y Patria: el fútbol y las narrativas de la Nación en la Argentina*. Buenos Aires: Prometeo, 2002.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. *O que é política?*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

*Chaupienla*, Buenos Aires, n. 17, out. 1975.

*Chaupinela*, Buenos Aires, n. 20, nov. 1975.

FERREIRA, F. *Hechos pelota: el periodismo deportivo durante la dictadura (1978-1983)*. Buenos Aires: Alarco Ediciones, 2008.

GILBERT, A.; VITAGLIANO, M.. *El terror y la gloria*. La vida, el fútbol y la política en la Argentina del Mundial 78. Buenos Aires: Norma, 1998.

GOTTA, Ricardo. *Fuimos Campeones*: la dictadura, el Mundial 78 y el misterio del 6 a 0 a Perú. Buenos Aires: Edhasa, 2008.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

NOVARO, M. *Historia de la Argentina: 1955-2010*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

TARDE, G. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 2ª ed.

ULANOVSKY, C. *Paren las rotativas (1970-2000)*. Buenos Aires: Emecé, 2011.